Bolsas — Na segunda-feira: 0,24% São Paulo; 0,3% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 121.570 / 121.279 (30/3, 31/3, 1/4, 4/4)

Salário mínimo — R$ 1.212

Dólar — Na segunda-feira: R$ 4,608 (-1,27%)

Últimas cotações (em R$)

28/março	4,773
29/março	4,757
30/março	4,787
31/março	4,761

Euro — Comercial, venda na segunda-feira: R$ 5,055

Capital de giro — Na segunda-feira: 6,76%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 11,74%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73
Janeiro/2022	0,54
Fevereiro/2022	1,01

CONJUNTURA / Decreto do presidente Jair Bolsonaro facilitou a diluição do controle da União sobre a holding de energia elétrica, mas Tribunal de Contas da União quer fazer, na próxima quinta-feira, um debate público sobre o assunto

Governo corre para privatizar Eletrobras

» MICHELLE PORTELA

As ações da Eletrobras fecharam em alta nesta segunda-feira, na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), após o governo federal dar continuidade ao processo de venda da Eletrobras. A realização de um evento pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a privatização da estatal, na próxima quinta-feira, acendeu um alerta sobre os prazos para aprovação do processo, previsto para ser realizado até 13 de maio.

As ações preferenciais da empresa (ELET6), com prioridade na distribuição de dividendos, subiram 0,44%, para R$ 39,05. As ordinárias (ELET3), com direito a voto em assembleia, tiveram alta de 1,12%, a R$ 39,74. Mas, considerados outros eventos, como a crise na Petrobras, a bolsa variou negativamente, fechando em queda de 0,24%.

A alta dos papéis da Eletreobras ocorreu depois que, na última sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro (PL) editou decreto que facilita a diluição do controle da União sobre a estatal. Na prática, Bolsonaro autoriza a oferta secundária de ações da Eletrobrás, sob o argumento de dar segurança à desestatização da companhia — a maior empresa de energia elétrica da América Latina.

A possibilidade de uma segunda oferta de ações da empresa estava prevista na medida provisória que autoriza a desestatização, já convertida em lei. A privatização será feita por meio de aumento de capital, que é a venda de novas ações no mercado, mas sem a participação da União, que hoje possui 51,82% das ações ordinárias. Até o momento, a avaliação do governo é de que o volume de ações adquiridas por entes privados seja suficiente para diluir essa participação.

Caso a União não perca o controle da companhia na primeira oferta, serão ofertadas ações que estão em posse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou de suas controladas, como BNDES Participação, o BNDESPar. Esses papéis equivalem a 16,78% do total de ações ordinárias da Eletrobras.

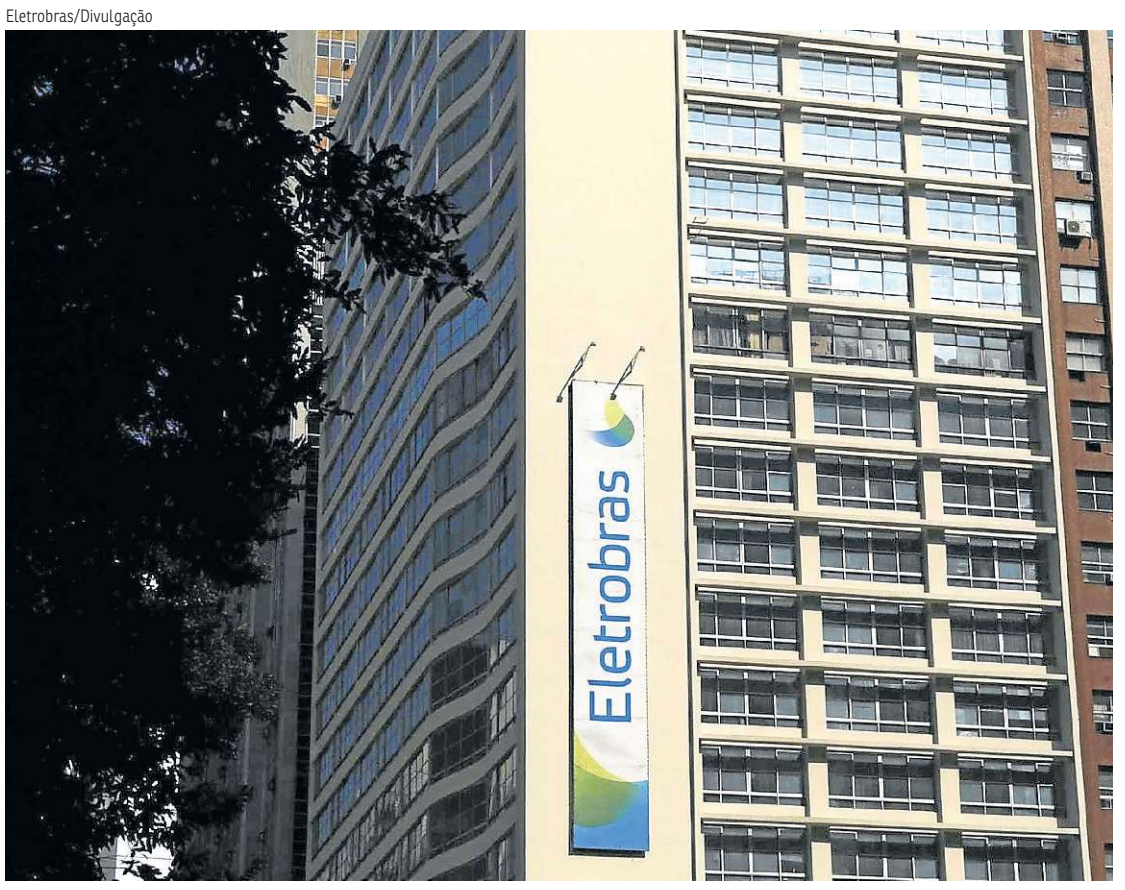
TCU

O governo estima um valor de R$ 67 bilhões com a privatização da Eletrobras. Desse montante, R$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras ao Tesouro Nacional por outorgas das usinas hidrelétricas que terão contratos alterados. Outros R$ 32 bilhões iriam para o fundo do setor elétrico. O TCU apontou que o valor está defasado e que a estatal deveria ser vendida pelo dobro do anunciado, ao menos.

O debate público foi convocado pelo ministro relator do processo no TCU, Aroldo Cedraz. A realização do evento, agendado para a próxima quinta-feira, deve atrapalhar os planos do governo de concluir a votação no próprio TCU ainda nesta semana.

Agora, o governo faz pressão para concluir a votação até 13 de abril dentro do tribunal e levar a empresa à venda até maio, evitando o período eleitoral, quando a operação ficaria politicamente bem mais difícil de ser levada adiante.

Eletrobras/Divulgação



Planalto quer concluir a venda da estatal até maio para evitar debate no período eleitoral

» Greve interrompe Boletim Focus

Por causa da greve dos servidores, pela primeira vez, o Banco Central adiou a divulgação do Boletim Focus, uma síntese das principais projeções econômicas do mercado financeiro divulgada às segundas-feiras. Em comunicado divulgado na última sexta-feira, a autarquia afirmou que informará as datas "oportunamente" e com pelo menos 24h de antecedência. Além do Focus, os indicadores selecionados (Indeco) e o Relatório de Poupança também aguardam novas datas para publicação. Os servidores entraram em greve por tempo indeterminado por aumento salarial. O sindicato dos funcionários (Sinal) alerta que o movimento poderá afetar o Pix, a distribuição de moedas e cédulas e outras atribuições do órgão.

Etanol tem alta em 20 estados e no DF

Os preços médios do etanol hidratado subiram em 20 estados e no Distrito Federal na semana passada, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O preço caiu em outros cinco estados e permaneceu estável no Amapá. Nos postos pesquisados pela ANP em todo o país, o preço médio do etanol subiu 0,77% na semana em relação à anterior, de R$ 4,952 para R$ 4,990 o litro.

De acordo com os dados do levantamento, o etanol teve preços mais competitivos do que a gasolina em três estados na semana passada — Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O critério considera que o etanol de cana ou de milho, por ter menor poder calorífico, deve ter um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Na última semana, a paridade ficou em 66,89% em Goiás, 67,99% em Minas Gerais e 68,59% em São Paulo. Mato Grosso, que vinha sendo um dos Estados em que o biocombustível é mais competitivo, registrou alta de 6,14% no preço do etanol ao longo da semana, e a paridade com a gasolina passou a 71,77%.

Executivos do setor afirmam que o etanol pode ser competitivo com paridade maior do que 70%, a depender do veículo em que o biocombustível é utilizado.

RAUL VELLOSO

O ESFORÇO DE AJUSTE FISCAL, QUE DEVERIA TER COMO PRINCIPAL VETOR O EQUILÍBRIO PREVIDENCIÁRIO, PRECISARIA ESTAR ASSOCIADO A UM PLANO DE RETOMADA DO INVESTIMENTO, SOB MODELOS MAIS MODERNOS E CRIATIVOS, INTEGRADOS COM INVESTIMENTOS DOS FUNDOS JÁ CAPITALIZADOS DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Para evitar a zeragem dos investimentos públicos

São enormes os desequilíbrios que alcançam boa parte dos regimes próprios de previdência que hoje existem em 26 estados, no DF e em cerca de 2.100 municípios, com óbvias consequências desfavoráveis. Estimativas recentes sugerem deficits financeiros anuais totais de R$ 175,4 bilhões, sendo 78,8 bilhões na União; 88,7 bilhões nos estados, inclusive o DF; e os restantes R$ 7,9 bilhões nos municípios. Já os passivos atuariais, que totalizam R$ 4,3 trilhões e deveriam tender a zerar um dia, são os seguintes: 1,2 trilhão na União; 2,1 trilhões nos estados, inclusive o DF; e R$ 1 trilhão nos municípios.

Medidos por pessoa segurada (em R$ mil), os passivos se concentrariam primeiro na União (R$ 839); depois, nos estados inclusive DF (R$ 454); e por fim nos municípios (R$ 287). Ou seja, se fazer parte dos regimes próprios versus INSS é uma regalia, é na União que esse privilégio é muito maior, seguindo-se os estados e depois os municípios.

A principal consequência da subida abrupta dos gastos previdenciários é a redução do investimento público. Além dos efeitos sobre o nível de emprego, isso traz impactos mais estruturais e desfavoráveis na competitividade e no investimento privado. Portanto, o esforço de ajuste fiscal, que deveria ter como principal vetor o equilíbrio previdenciário, precisaria estar, também, associado a um plano de retomada do investimento, sob modelos mais modernos e criativos, integrados com investimentos dos fundos já capitalizados da previdência pública (onde há hoje cerca de R$ 200 bilhões, basicamente aplicados em títulos públicos federais), e sob a forma de concessões e parcerias público-privadas.

Estados e municípios são obrigados legalmente a aprovar planos de equacionamento (ou zeragem) dos passivos atuariais anualmente junto à União, entre outras exigências, para receber um certificado de boa conduta, sem o que ficariam impedidos de fazer jus a transferências voluntárias dela oriundas. Um percentual expressivo dos estados tem obtido liminar do STF tornando sem efeito essa medida, enquanto a matéria não é julgada de forma definitiva.

Para enfrentar esse problema, é preciso projetar receitas e despesas para os próximos 75 anos, apurar o resultado financeiro anual, e, imaginando a prevalência de deficits sistemáticos em muitos casos, calcular o passivo total a preços constantes e em termos de valor presente, a fim de adotar as medidas adequadas de correção.

Sinteticamente, o processo convencional de ajuste desses desequilíbrios inclui: 1) uma reforma de regras, como a da Emenda 103/19, a última reforma aprovada no Congresso Nacional, que se aplicou automaticamente apenas à União — ou seja, cada ente terá de aprovar a sua; 2) além de aportar as contribuições patronais e dos servidores ali incluídos, cabe adicionar, na maioria dos casos, ativos (como imóveis) e/ou outros recursos a um fundo de previdência específico, incluindo sua securitização ou antecipação de seu ingresso, para fazer face aos compromissos previdenciários; 3) aumento das contribuições dos ativos e inativos. 4) criação de fundos de investimento com os recursos dos RPPS hoje aplicados em títulos públicos federais, para financiar projetos de interesse dos municípios e de desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que, entre outros problemas a atacar com disposição, é muito baixa a adesão à última reforma, pois, de cerca de 2 mil municípios com regimes próprios, menos de 300 aprovaram suas reformas com base na Emenda 103/19, ou seja, 15% no máximo.

Na sequência de providências básicas cabíveis, caberia primeiro estimar em quanto tempo os entes cuja situação se examina em maior profundidade, especialmente os que são objeto de maior interesse geral, teriam seus investimentos zerados, caso utilizassem essa como a principal variável de ajuste, e não enfrentassem o problema de frente, diante da subida prevista pelos estudos atuariais mais recentes para os deficits previdenciários respectivos nos próximos anos.

Na verdade, há cerca de três anos, eu mesmo havia feito esse tipo de avaliação, e apurei que a cidade do Rio de Janeiro zeraria seus investimentos quase instantaneamente, isto é, em 2020, último ano do mandato precedente, projetando uma situação financeiramente caótica, mandato esse que acabou terminando com deficits orçamentários acumulados de R$ 3,8 bilhões, algo que se chocava frontalmente com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual os deficits acumulados em qualquer mandato teriam de ser zero. Já no caso de São Paulo, a situação ficaria difícil, mas não tanto, pois a zeragem só ocorreria em 2029, ou seja, nove anos depois.

A situação desses dois entes precisa ser urgentemente reexaminada, considerando que, em meados de 2021, a Prefeitura do Rio, após a venda da Cedae ao setor privado, anunciou um ambicioso programa de gastos baseado nas receitas obtidas, mas concentrado em gastos correntes, enquanto a de São Paulo aprovou um programa de ajuste previdenciário nas linhas acima descritas. Deverei me dedicar a isso e relatarei o resultado mais adiante neste espaço.

Resumo

Constatados os enormes desequilíbrios previdenciários e seu impacto desfavorável sobre os investimentos públicos e a competitividade do País, defendo a aprovação de planos de equacionamento desses deficits e um passo a passo de tarefas cabíveis. De passagem, deve-se calcular, para casos relevantes, em quanto tempo os investimentos zerarão, caso não se tome qualquer atitude em favor do ajuste previdenciário.